

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.194 - AC (2019/0217427-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO**
OUTRO NOME : **HOSPITAL SANTA JULIANA**
ADVOGADO : **MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272**
RECORRENTE : **UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA**
ADVOGADOS : **JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805**
 MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
 EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072
RECORRIDO : **MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **MIRZA VANY MESQUITA FELIX**
RECORRIDO : **GLADISTON DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **GLAUBER DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA**
RECORRIDO : **PAULO NASCIMENTO PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA E OUTRO(S) - AC003249**
 ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVANTE : **MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **MIRZA VANY MESQUITA FELIX**
AGRAVANTE : **GLADISTON DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **GLAUBER DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA**
AGRAVANTE : **PAULO NASCIMENTO PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA - AC003249**
 ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVADO : **OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO**
OUTRO NOME : **HOSPITAL SANTA JULIANA**
ADVOGADO : **MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272**
AGRAVADO : **UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA**
ADVOGADOS : **JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805**
 MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
 EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA e Outros contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre assim ementado:

"DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. MORTE NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEXO CAUSAL. DANO MORAL CARACTERIZADO. PERDA DE UMA CHANCE DE SOBREVIDA. TERMO INICIAL JUROS MORATÓRIOS. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO.

1. A responsabilidade objetiva para o prestador do serviço prevista no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, no caso, o hospital, limita-se aos serviços relacionados ao estabelecimento empresarial, tais como a estadia do paciente (internação e alimentação), as instalações, os equipamentos e os serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia) (Precedente STJ).

2. Trata a hipótese de paciente que se queixava de dor e, a despeito de seu acompanhante ter alertado o corpo de enfermeiros a respeito desta circunstância, não fora convocado o médico plantonista para prestar assistência devida, daí decorrendo o óbito. Verificado, pelos depoimentos colhidos na origem, que o protocolo aplicável ao caso indicava a convocação do médico, bem como que referido profissional, caso convocado, poderia realizar procedimentos aptos a evitar o óbito do paciente.

3. Configuração clara e evidente de perda de chance de sobrevivência do paciente, ato ilícito indenizável, nos termos da doutrina e jurisprudência pátrias.

4. O valor da reparação por danos morais deve ser proporcional à intensidade do abalo moral sofrido, sem perder de vista o sentido punitivo da indenização, com especial relevo na fixação de seu valor a situação econômica do responsável pelo dano.

5. Nas hipóteses em que ocorre o óbito da vítima e a compensação por dano moral é reivindicada pelos respectivos familiares, o liame entre os parentes e o causador do dano possui natureza extracontratual, nos termos do art. 927, do CC e da Súmula 54/STJ.

Termo inicial dos juros de mora, portanto, é a data do evento danoso, ou seja, a data em que configurado o erro médico causador do dano. (STJ, REsp 1698812/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 13.3.2018).

6. Apelo do Hospital Santa Juliana desprovido.

7. Apelo da Unimed Rio Branco desprovido.

8. Apelo dos autores parcialmente providos" (e-STJ fls. 582/583).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 944 do Código Civil. Insurgem-se quanto ao valor fixado a título de indenização por danos morais.

Apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem. Daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial inadmitido foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece prosperar.

Quanto ao pedido de majoração do valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que não se pode afirmar desarrazoado o arbitramento da indenização devida pelo recorrente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em danos morais.

Não se pode dizer que as referidas quantias destoam dos parâmetros adotados por esta Corte em precedentes análogos, ao revés, revelam-se perfeitamente adequadas diante das especificidades do caso concreto, sendo inarredável, assim, a aplicação à espécie do óbice inserto no mencionado verbete sumular nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, em razão da ausência de arbitramento na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator